

**Parecer nº 87/98**

Data: 1998.07.29

Processo nº 388

**Reclamante:** Paula Oliveira

**Entidade reclamada:** Secretaria-Geral da Assembleia da República.

1. Paula Oliveira, jornalista, veio reclamar perante a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) contra a recusa da Secretária-Geral da Assembleia da República em lhe fornecer uma listagem de deputados reformados e outra com os deputados que renunciaram ao mandato nesta legislatura.
2. Tendo em conta o teor do exposto pela reclamante e a informação solicitada aos serviços competentes da Assembleia da República, pôde apurar-se que o jornal "24 Horas" na semana de 4 a 8 de Maio de 1997 dirigiu vários pedidos de informação a diversos serviços do Parlamento sobre as questões mencionadas na reclamação remetida à CADA.

Assim:

- a) 5/5, às 17:17 fax dirigido à Secretária-Geral da AR pedindo lista de deputados reformados;
- b) 6/5, às 11:27 fax dirigido ao Chefe Divisão Apoio ao Plenário pedindo lista de deputados reformados;
- c) 6/5, às 12:30 fax dirigido à Secretária-Geral da AR pedindo informação sobre uma petição da Associação dos Objectores de Consciência;
- d) 6/5, às 14:04 fax dirigido ao Chefe Divisão Recursos Humanos pedindo lista de deputados reformados;

- e) 6/5, às 16:45 fax dirigido à Secretária-Geral da AR pedindo lista de deputados que renunciaram ao mandato na legislatura.
3. No dia 8 de Maio, por fax enviado às 17H79 (cfr. Anexo I), além de ter sido informada sobre impedimentos legais ao acesso a projecto de relatório sobre petição pendente (questão que não releva para os efeitos do presente processo), a requerente foi informada de que os dados relativos a renúncia a mandato parlamentar são livremente acessíveis. Na mesma circunstância foram indicadas as fontes apropriadas, públicas e disponíveis a todos.

No tocante a documentação sobre processos de reforma de Deputados, foi a requerente remetida para a entidade competente.

4. As informações fornecidas correspondem à descrição do quadro legal em vigor regulado por leis publicadas no Diário da República.

A informação foi prestada nos termos gerais e não ao abrigo da LADA, que se reporta tão só ao acesso a documentos existentes, não vinculando a Administração a produzi-los a solicitação de cidadãos.

No caso vertente, as informações desejadas ou constam de fontes livremente acessíveis (caso das renúncias) ou devem ser requeridos à entidade competente, que não é a Assembleia da República.

Em ambos os casos foi dado cumprimento à lei.

Nestes termos, a CADA delibera indeferir a reclamação apresentada.

Lisboa, 29 de Julho de 1998

*José Magalhães (Relator) – Silva Marques – Narana Coissoró - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente)*